

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

CNPJ 01.280.003/0001-99

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)						
	Nota	31/12/2025	31/12/2024			
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	101.671	153.262			
Contas a receber de clientes	7	87.653	101.158			
Estoque		3.390	3.514			
Despesas antecipadas		654	654			
Créditos com partes relacionadas	20	340	138			
Tributos a recuperar	8	608	715			
Outros ativos		1.918	1.558			
		196.234	260.999			
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	9	4.037	4.056			
Contas a receber de clientes	7	6.210	-			
Depósitos judiciais		6	6			
Tributos a recuperar	8	68	58			
Ativo de direito de uso	10	11	35			
Imobilizado	11	2.683	2.267			
Ativo de contrato	12	98.286	46.678			
Intangível	13	311.672	304.920			
		422.973	358.020			
Total do ativo		619.207	619.019			
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	14	3.763	3.073			
Empréstimos e financiamentos	15	19.437	21.145			
Passivos de arrendamento	15	12	25			
Debêntures e notas comerciais escriturais	16	29.276	29.844			
Obrigações tributárias	17	9.203	8.317			
Obrigações trabalhistas		6.426	5.257			
Ônus da concessão		58	56			
Débitos com partes relacionadas	20	2.324	2.143			
Obrigações com acionistas	20	71.556	69.246			
ICMS a devolver a clientes		213	213			
Outras obrigações		2.834	3.244			
		145.102	142.563			
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	15	90.332	106.259			
Passivos de arrendamento	15	-	11			
Debêntures e notas comerciais escriturais	16	171.113	189.254			
Tributos diferidos	18	4.514	274			
Provisões para contingências	19	1.576	2.038			
		267.535	297.836			
Patrimônio líquido	21					
Capital social		116.500	116.500			
Reservas de lucros		90.070	62.120			
		206.570	178.620			
Total do passivo e patrimônio líquido		619.207	619.019			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Nota	31/12/2025	31/12/2024			
Receita líquida	22	426.303	369.388			
Custo dos serviços prestados	23	(194.430)	(149.061)			
Lucro bruto		231.873	220.327			
Recargas (despesas) operacionais		-	-			
Despesas gerais e administrativas	24	(103.667)	(100.505)			
Outras despesas operacionais		882	(1.194)			
		(102.785)	(101.244)			
Resultado operacional antes do resultado financeiro		129.088	119.083			
Resultado financeiro		-	-			
Recargas financeiras	25	25.197	19.247			
Despesas financeiras	25	(35.146)	(36.491)			
		(9.949)	(17.244)			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		119.139	101.839			
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18b	(30.495)	(25.978)			
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18a	(4.240)	(1.683)			
Lucro líquido do exercício		84.404	74.178			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
		31/12/2025	31/12/2024			
Lucro líquido do exercício		84.404	74.178			
Outros resultados abrangentes		-	-			
Total do resultado abrangente do exercício		84.404	74.178			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Reserva de lucros					
	Re-serva de Capital	Re-serva de investi-mentos	Reten-ção de lucros			
			Lucros acumu-lados			
			Patrí-mônio líquido			
Saldos 1º de janeiro de 2024	116.500	21.325	21.854	31.049	-	190.728
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	74.178	74.178
Dividendos intercalares	-	-	-	(7.360)	(48.500)	(55.860)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(12.375)	(12.375)
Proposta de destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.975	-	-	(1.975)	-
Reserva de investimentos obrigatórios	-	-	282	-	(282)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	(18.051)	(18.051)
Saldos 31 de dezembro de 2024	116.500	23.300	22.136	16.684	-	178.620
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	84.404	84.404
Dividendos intermediários	-	-	-	(4.684)	(4.684)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(12.000)	(12.000)	-
Proposta de destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva de investimentos obrigatórios	-	-	2.232	-	(2.232)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(21.101)	(21.101)
Dividendos extraordinários	-	-	-	-	(18.669)	(18.669)
Retenção de lucros	-	-	-	42.402	(42.402)	-
Saldos 31 de dezembro de 2025	116.500	23.300	24.368	42.402	-	206.570
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
		31/12/2025	31/12/2024			
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		119.139	101.839			
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		-	-			
Depreciação e amortização		25.894	24.195			
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação		6.198	14.294			
Juros sobre debêntures, notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação		25.568	19.485			
Ganho com operações de swap		-	(473)			
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		2.248	923			
Atualização monetária das contingências		(274)	(173)			
Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber		29.566	26.900			
Reversões de contingências		(188)	(229)			
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível		(151)	30			
Perda com derivativos		-	455			
Variações dos ativos e passivos		-	-			
Contas a receber de clientes		(22.271)	(33.993)			
Estoque		124	(2.720)			
Depósitos judiciais		-	3			
Tributos a recuperar		(4.407)	657			
Despesas antecipadas		-	(193)			
Outros ativos		(360)	(373)			
Aplicações financeiras vinculadas		19	86			
Fornecedores		690	724			
Ônus da concessão		2	(6.674)			
Obrigações tributárias		(2.035)	(1.730)			
Obrigações trabalhistas		1.169	72			
Partes relacionadas, líquidas		(21)	68			
Outras obrigações		(410)	1.947			
		180.500	145.730			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(24.869)	(24.370)			
Pagamento dos juros sobre empréstimos e financiamentos		(13.600)	(15.474)			
Pagamento dos juros sobre arrendamentos		(3)	(3)			
Pagamento dos juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais		(18.563)	(16.193)			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		123.465	89.330			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Adições ao imobilizado		(1.145)	(556)			
Adições ao ativo de contrato e intangível		(75.460)	(34.793)			
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível		174	63			
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos		(76.431)	(35.286)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(52.345)	(32.326)			
Captações de debêntures e notas comerciais escriturais		-	146.573			
Pagamento de arrendamentos		(26)	(24)			
Pagamento de debêntures e notas comerciais escriturais		(25.714)	(31.860)			
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(20.540)	(27.280)			
Derivativos recebidos		-	400			
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos		(98.625)	55.483			
Aumento (redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa		(51.591)	109.527			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		153.262	43.735			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		101.671	153.262			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						

do Paraíba S.A. (Concessionária), através do Contrato de Concessão oriundo da Concorrência Pública nº 001/96 de 16 de setembro de 1996, com prazo inicial de 30 anos prorrogáveis contados da data de emissão da ordem de serviço inicial, que foi em 14 de setembro de 1999. Em 23 de novembro de 2007, 20 de maio de 2015 e 6 de março de 2020 foram assinados termos aditivos para prorrogação de mais 108, 72 e 180 meses, respectivamente, passando o término do contrato para setembro de 2059. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da Concessão. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Campos dos Goytacazes. **Reforma tributária:** Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214/2025 ("Reforma"), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"). O objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços. O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, com elevação gradual até alcançar a alíquota plena em 2033, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Concessionária permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma, incluindo avaliação de impactos futuros em sua operação e créditos tributários. Adicionalmente, a Concessionária está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 20 de março de 2026, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Políticas contábeis materiais:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) **Sistema de água e esgoto:** A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OPC 05 desse mesmo Comitê (OPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) **Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado:** São reconhecidos ao custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros - mensuração subsequente:** • **Custo amortizado:** esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • **Valor justo por meio do resultado:** os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros - mensuração subsequente:** • **Custo amortizado:** são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • **Valor justo por meio do resultado:** são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores capturados (líquidos dos custos da tran-

sação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos:** **Imposto de renda e contribuição social correntes:** A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos-chaves e trabalhistas:** A Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

CNPJ 01.280.003/0001-99

internacionais de contabilidade); (ii) IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7; (iii) IFRS 9 – Instrumentos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos financeiros); (iv) IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas); e (v) IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de Caixa). Em decorrência das alterações citadas, o CPC deverá refletir tais mudanças em futuras revisões nos respectivos pronunciamentos. Os efeitos terão início em ou pós 1º janeiro de 2026. Não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras em decorrência das alterações. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais: As alterações somente se aplicam a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos; • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos; • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Tais alterações terão início em ou pós 1º janeiro de 2026, sendo sua adoção antecipada permitida desde que divulgada. Em convergência com as normas internacionais, o CPC deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 e do CPC 40 (R1). Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos. 4. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão:** A Concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) **Vida útil dos ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) **Provisões para riscos tributários, chaves e trabalhistas:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) **Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:** A Concessionária registra as perdas esperadas de créditos das contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. d) **Receita não faturada:** As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7.5. **Gestão de riscos financeiros:** 5.1. **Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são como segue:

Operação	Risco	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)		101.088	101.088	153.194	153.194
Contas a receber de clientes		93.863	93.863	101.158	101.158
Aplicações financeiras vinculadas		4.037	4.037	4.056	4.056
Créditos com partes relacionadas		340	340	138	138
Passivos financeiros					
Fornecedores		3.763	3.763	3.073	3.073
Empréstimos e financiamentos		109.769	96.604	127.404	127.404
Passivos de arrendamento		12	12	36	36
Debêntures e notas comerciais escriturais		200.389	201.107	219.098	219.098
Ônus da concessão		58	58	56	56
Débitos com partes relacionadas		2.324	2.324	2.143	2.143

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 para esses ativos e passivos. 5.2. **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerar as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos, debêntures ou notas escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"), da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais, utilizou as projeções do CDI, IPCA, TJLP e SELIC para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo							
Equivalentes de caixa	CDI	101.088	113.855	110.661	117.050		
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	4.037	4.547	4.419	4.674		
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	CDI	(22.641)	(25.501)	(24.785)	(26.216)		
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(1.743)	(1.813)	(1.795)	(1.830)		
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(86.651)	(92.587)	(91.105)	(94.068)		
Notas comerciais escriturais	CDI	(41.419)	(46.650)	(45.341)	(47.959)		
Debêntures	IPCA	(165.671)	(172.314)	(170.658)	(173.971)		
Passivo líquido		(213.000)	(220.463)	(218.604)	(222.320)		
Efeito líquido		(7.463)	(5.604)	(9.320)			
CDI (a.a.)		12,63%					
IPCA (a.a.)		4,01%					
SELIC (a.a.)		12,25%					
TJLP (a.a.)		6,85%					

5.3. **Risco de liquidez:** É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descumprimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores não descontados):

Operação	Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Em 31 de dezembro de 2025							
Fornecedores		3.763	3.763	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos		111.035	19.631	18.845	72.559		
Passivos de arrendamento		12	12	-	-	-	-
Ônus da concessão		58	58	-	-	-	-
Debêntures e notas comerciais escriturais		207.090	29.794	12.857	164.439		
Débitos com partes relacionadas		2.324	2.324	-	-	-	-
		324.282	55.582	31.702	236.998		

Operação	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	3.073	3.073	-	-
Empréstimos e financiamentos	129.434	21.299	18.672	89.463
Passivos de arrendamento	36	25	11	-
Ônus da concessão	56	56	-	-
Debêntures e notas comerciais escriturais	226.599	30.468	25.714	170.417
Débitos com partes relacionadas	2.143	2.143	-	-
	361.341	57.064	44.397	259.880

5.4. **Gestão de capital:** Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Convidante com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, debêntures e notas comerciais escriturais subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumarizados:

Operação	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	109.769	127.404		
Passivos de arrendamento (Nota 15)	12	36		
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 16)	200.389	219.098		
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(101.671)	(153.262)		
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 9)	(4.037)	(4.056)		
Dívida líquida (a)	204.462	189.220		
Total do patrimônio líquido (b)	206.570	178.620		
Total do capital (a+b)	411.032	367.840		
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	49,74%	51,44%		

6. **Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e bancos
Aplicações financeiras

Operação	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de aproximadamente 102,31% do CDI (102,16% em 31 de dezembro de 2024).				
7. Contas a receber de clientes				
Clientes (a)	268.679	250.689		
Clientes - parcelamento (b)	16.220	19.155		
Pontos arrecadadores (c)	980	1.349		
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(192.016)	(170.035)		
	93.863	101.158		
Ativo circulante	87.653	101.158		
Ativo não circulante	6.210	-		
(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por quitação). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Referem-se aos agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O aging list de contas a receber é composto da seguinte forma:				
Faturado	49.530	53.487		
Não faturado	19.694	17.810		
Vencidas				
Até 30 dias	8.188	9.966		
De 31 a 60 dias	3.794	5.351		
De 61 a 90 dias	2.938	3.614		
De 91 a 180 dias	9.846	10.752		
Mais de 180 dias	191.889	170.213		
	285.879	271.193		

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

Operação	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Saldo inicial	(170.035)	(154.179)		
(+) Constituições	(29.567)	(26.900)		
(-) Baixas de incobráveis	7.586	11.044		
Saldo final	(192.016)	(170.035)		

8. **Tributos a recuperar:** Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:

Operação	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
PIS	109	125		
COFINS	499	576		
IRPJ	68	58		
Outros	-	14		
	676	773		
Ativo circulante	608	715		
Ativo não circulante	68	58		

9. **Aplicações financeiras vinculadas:** O montante de R\$ 4.037 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.056 em 31 de dezembro de 2024) corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes.

Operação	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Imóveis	51	(40)	11	49
	51	(40)	11	49

11. **Imobilizado**
Equipamentos de informática
Veículos
Máquinas e equipamentos
Móveis e utensílios
Benefitórias em imóveis de terceiros

Operação	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equipamentos de informática	20%	3.057	(1.963)	1.094
Veículos	20%	1.051	(598)	453
Máquinas e equipamentos	10%	367	(201)	166
Móveis e utensílios	10%	1.999	(1.052)	947
Benefitórias em imóveis de terceiros	4%	41	(18)	23
		6.515	(3.832)	2.683

Movimentação do imobilizado

Operação	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equipamentos de informática	862	554	(331)	9
Veículos	419	260	(204)	(22)
Máquinas e equipamentos	80	106	(20)	-
Móveis e utensílios	882	225	(159)	(1)
Benefitórias em imóveis de terceiros	24	-	(1)	-
	2.267	1.145	(715)	(23)

12. **Ativo de contrato**
Infraestrutura em construção

Operação	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Infraestrutura em construção	46.678	80.723	(29.106)	(9)
	46.678	80.723	(29.106)	(9)

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 8.062 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.015 em 2024).

Operação	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Benefitórias em imóveis de terceiros	11.389	(4.243)	7.146	4.296
Máquinas e equipamentos	41.643	(23.585)	18.058	16.931
Máquinas e equipamentos - bens arrendados	387	(358)	29	89
	510.285	(198.615)	311.670	304.915

Movimentação do intangível:
Softwares e aplicativos
Concessão/Infraestrutura

Operação	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Softwares e aplicativos	5	-	(3)	2
Concessão/Infraestrutura	304.915	2.799	(25.150)	29.106
	304.920	2.799	(25.153)	29.106

Softwares e aplicativos

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

CNPJ 01.280.003/0001-99

com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2025.

17. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS/CSLL retidos	129	191
ISS	501	258
IRRF	626	665
PIS	1.056	1.124
COFINS	4.889	5.199
IRPJ	1.126	472
CSLL	876	408
	9.203	8.317

18. Imposto de renda e contribuição social: a) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2024	Resultado	31/12/2025
Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber	2.391	(1.213)	1.178
Provisões para contingências	693	(157)	536
Provisão participação nos lucros	443	111	554
Provisões salários e encargos em acordo coletivo	109	71	180
Arrendamentos	(1)	-	(1)
Outros	707	(614)	93
Ativo fiscal diferido	4.342	1.802	2.540
Juros capitalizados	(1.940)	(2.652)	(4.592)
Ajustes do regime de tributação transitório Lei nº 12.973/2014	(2.645)	194	(2.451)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei nº 12.973/2014	(31)	20	(11)
Passivo fiscal diferido	(4.616)	(2.438)	(7.054)
Tributos diferidos, líquidos	(274)	(4.240)	(4.514)

b) **Conciliação da taxa efetiva**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	119.139	101.839
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes (Adições) exclusões no cálculo do tributo	(40.507)	(34.626)
Permanentes	(580)	(1.355)
Juros sobre capital próprio	4.080	4.208
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo cultural (Lei nº 8.313/91 - art. 18)	555	402
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	35	32
Programa de alimentação do trabalhador ("PAT") (9.580/2018)	964	885
Recuperação de créditos PAT	-	2.294
Fundo do idoso	139	87
PRONAS/PCD (art 6º da Lei nº 12.715/2012)	-	87
PRONON (Lei nº 12.715/2012)	139	87
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06 - art.3)	277	201
Fundo da infância e da adolescência (Decreto nº 9.589/2018)	139	100
Total do imposto de renda e da contribuição social	(34.735)	(27.661)
Alíquota efetiva	29,16%	27,16%

19. Provisão para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões, líquidas de depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	66	61
Cíveis	1.510	1.977
Total	1.576	2.038

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	30.381	31.377
Trabalhistas	2.527	1.597
Tributários	-	41
Total	32.908	33.015

Cíveis: As ações judiciais de natureza cível têm os seguintes objetos: (i) consumo, totalizando R\$ 11.386 (R\$ 10.893 em 31 de dezembro de 2024) (ii) falta de abastecimento, totalizando R\$ 689 (R\$ 327 em 31 de dezembro de 2024); (iii) serviços água e serviços esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo), totalizando R\$ 5.987 (R\$ 6.440 em 31 de dezembro de 2024); (iv) serviços comerciais, totalizando R\$ 7.663 (R\$ 7.581 em 31 de dezembro de 2024); (v) responsabilidade civil, totalizando R\$ 2.276 (R\$ 3.078 em 31 de dezembro de 2024); (vi) cobrança, totalizando R\$ 2.052 (R\$ 2.040 em 31 de dezembro de 2024); e (vii) outros, totalizando R\$ 328 (R\$ 1.018 em 31 de dezembro de 2024). **20. Partes relacionadas: Remuneração de pessoal chave da Administração:** Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$ 1.607 (R\$ 1.712 em 2024). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações	1.218	1.321
Encargos sociais	335	336

Plano de saúde	22	24
Plano de previdência privada	19	19
Outros	13	12
	1.607	1.712

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Resumo das transações com partes relacionadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	340	138
Total do ativo circulante	340	138

Passivo circulante:

Obrigações com acionistas		
Dividendos a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	733	707
ERG Participações Ltda.	1.260	1.215
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	733	707
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	130	125
Synval Filgueiras de Moraes Junior	1.035	998
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	1.380	1.331
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	1.035	998
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	62.700	60.470
	69.006	66.551

Juros sobre capital próprio

M&G Consultoria e Participações Ltda.	27	29
ERG Participações Ltda.	47	49
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	27	29
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	5	5
Synval Filgueiras de Moraes Junior	38	40
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	51	54
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	38	40
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	2.317	2.449
	2.550	2.695
	71.556	69.246

Débitos com partes relacionadas (a)

Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	2.324	2.143
	2.324	2.143
	73.880	71.389
	31/12/2025	31/12/2024

Total do passivo circulante

Resultado com partes relacionadas		
Contrato de gestão - <i>Management Fee</i> (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(17.708)	(16.009)

(a) Os saldos decorrem de transações entre Concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **21. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social realizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 116.500 (R\$ 116.500 em 2024) e está representado por 8.000 (oito mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.670 (duas mil, seiscentas e setenta) ações ordinárias e 5.330 (cinco mil, trezentas e trinta) ações preferenciais.

Acionistas	ON	PN	Total	%
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S/A	2.536	4.733	7.269	90,8667%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	40	80	120	1,50000%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	54	106	160	2,00000%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	40	80	120	1,50000%
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	15	15	0,18333%
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	85	85	1,06667%
ERG Participações Ltda.	-	146	146	1,81666%
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	85	85	1,06667%
	2.670	5.330	8.000	100%

b) **Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) **Reserva para investimentos:** A Concessionária constituiu reserva para investimentos, no valor de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. d) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2025, foram distribuídos dividendos intermediários no montante de R\$ 4.684 por meio da reversão de parte da reserva de retenção de lucros. Além dos dividendos mínimos obrigatórios, a Concessionária destinou R\$ 18.669 do lucro do exercício para dividendos extraordinários, conforme foi deliberado em assembleia geral extraordinária, em 30 de dezembro de 2025. Ao longo do exercício de 2025, houve destinação de juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 12.000, sendo R\$ 1.800 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando um valor líquido de R\$ 10.200 destinado à distribuição aos acionistas. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido	84.404	74.178
Constituição da reserva legal - 5% (i)	-	(1.975)
Base de cálculo dos dividendos	84.404	72.203
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	21.101	18.051
Dividendos extraordinários	18.669	-
	39.770	18.051

(i) Não houve destinação para reserva legal, uma vez que o saldo atingiu o limite de 20% do capital social, conforme previsão legal. e) **Reserva para retenção de lucros:** Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária re-

tém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

21. Receita líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de prestação de serviços	413.253	388.333
Receita de construção	79.868	36.879
Cancelamentos	(6.719)	(3.125)
Receita bruta	486.402	422.087
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(34.823)	(33.684)
Descontos concedidos	(25.276)	(19.015)
Receita líquida	426.303	369.388

22. Custos dos serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(401)	(2.446)
Ônus da concessão	(613)	(603)
Energia elétrica	(17.740)	(18.732)
Custo de construção	(79.868)	(36.879)
Materiais aplicados nos serviços	(10.933)	(11.882)
Salários e benefícios a empregados	(33.287)	(30.417)
Utilização de imóveis e telefonia	(859)	(897)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(6.588)	(5.599)
Serviços de terceiros	(20.319)	(19.278)
Depreciações e amortizações	(23.541)	(22.014)
Outros custos	(281)	(314)
	(194.430)	(149.061)

23. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e benefícios a empregados	(28.941)	(24.718)
Utilização de imóveis e telefonia	(1.006)	(931)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.700)	(1.751)
Serviços de terceiros	(32.122)	(33.039)
Despesas com contencioso	(1.485)	(1.847)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(518)	(355)
Depreciações e amortizações	(455)	(419)
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	(29.567)	(26.900)
Reversões de contingências	188	229
Despesas com comunicação	(2.923)	(2.580)
Outras despesas	(5.138)	(7.739)
	(103.667)	(100.050)

24. Resultado financeiro

Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	19.890	12.786
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.230)	(937)
Juros e multas vinculadas à operação	6.486	5.931
Variação monetária sobre outros ativos	13	927
Ganhos com operações de swap	-	493
Ganhos com derivativos	-	42
Outras receitas financeiras	38	5
	25.197	19.247

Despesas financeiras

Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais	(30.201)	(33.101)
Juros de arrendamentos	(3)	(3)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(2.248)	(923)
Atualização monetária das contingências	274	173
Tributos sobre operações financeiras	(25)	(29)
Descontos concedidos	(1.127)	(1.166)
Perdas com operações de swap	-	(20)
Perdas com derivativos	-	(497)
Comissão e escrituração	(102)	(100)
Outras despesas financeiras	(1.714)	(825)
	(35.146)	(36.491)

Resultado financeiro

	(9.949)	(17.244)
--	---------	----------

25. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2025 a 27/10/2026	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2026 a 17/01/2027	19.500
Riscos operacionais	17/01/2026 a 17/01/2027	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2025 a 31/12/2026	182.741
Riscos ambientais	22/12/2025 a 22/12/2026	5.000
Garantia de concessão	14/09/2025 a 14/09/2026	8.427
Seguro de veículos	20/08/2025 a 20/08/2026	100
Garantia judicial	25/03/2023 a 06/11/2027	12.468

26. Transações que não envolvem caixa: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Adição de direito de uso	2	49
Juros capitalizados	8.062	1.015
IRRF sobre swap	-	74
Destinação de juros sobre capital próprio	2.550	2.695
Destinação de dividendos obrigatórios e adicionais	44.454	66.551

Giuliano Junho Tinoco - Diretor;

Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor;

Isadora Viceconti Goulart - Contadora

CPF : 126.378.247-78 - CRC/RJ- 138372/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Águas do Paraíba S.A.: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Paraíba S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada